



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17ª REGIÃO
12ª VARA DO TRABALHO DE VITÓRIA
ATSum 0000487-03.2021.5.17.0012
RECLAMANTE: JOSE CLAUDIO SARMENTO
RECLAMADO: DLD COMERCIO VAREJISTA LTDA E OUTROS (5)

EDITAL DE LEILÃO

O MM. Juiz da 12ª Vara do Trabalho de Vitória/ES, FAZ SABER que o leiloeiro designado, Sr. SUED PETER BASTOS DYNA, levará a público pregão, os bens abaixo relacionados, para alienação por maior lance, nos termos do § 1º do art. 888 da CLT mediante as seguintes condições:

O leilão ocorrerá na modalidade **ELETRÔNICA** de alienação, no ambiente do site **www.suedpeterleiloes.com.br**, tendo sua abertura no dia **02/09/2025 a partir das 15:00h e, não havendo licitante, fica desde já designado o dia 23/09/2025, a partir das 15:00h** para realização do segundo leilão, admitindo-se lances com valor inferior ao da avaliação, com preço mínimo de 70% (setenta por cento) desse valor (do valor da avaliação).

Para ofertar lances os interessados deverão se cadastrar previamente no site acima citado e encaminhar os documentos para análise e liberação do cadastro, ao leiloeiro, conforme as normas estabelecidas no site.

Descrição do(s) bem(ns): Imóvel matriculado sob o nº 12.766: Terreno com área de 973,25m² e perímetro de 158,54m, que se dá partindo do ponto nº 01 em direção ao ponto nº 02, margeando a Rua José Sette com azimute de 172° 08'11" a uma distância de 15,20m, segue do ponto nº 02 em direção ao ponto nº 05 com azimute de 261°33'41" a uma distância de 15,23m margeando a Rua Aristides Campos, segue do ponto nº 06, retornando ao ponto nº 01 com azimute de 081°32'41", a uma distância de 63,52m, fechando assim a poligonal da área.

Valor da avaliação: R\$2.919.750,00 (dois milhões, novecentos e dezenove mil, setecentos e cinquenta reais).

Localização do(s) bem(ns): no trecho da Rua Aristeu Aguiar, entre as Ruas Aristides Campos e a Rua Governador José Sette, Centro, Vitória/ES.

Fiel depositário: DACASA FINANCEIRA S/A - SOCIEDADE DE CREDITO FINANCIAMENTO - CNPJ: 27.406.222/0001-65.

Valor de Execução: R\$26.083,41 (vinte e seis mil, oitenta e três reais e quarenta e um centavos).

O produto da alienação deverá ser pago pelo arrematante ao leiloeiro, além da comissão de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação. O depósito a ordem do Juízo deverá ser efetuado pelo leiloeiro, além da prestação de contas nos termos do art. 705 do CPC.

Os lances serão preferencialmente pagos integralmente à vista no ato do leilão, ou 20% no ato do leilão e o restante em 24 horas, nos termos do Art. 888, § 2 e § 4 da CLT, através de guia judicial vinculada ao processo, a qual será emitida pelo leiloeiro.

O arrematante pagará à vista, em até 24 horas a partir da data do encerramento do leilão, comissão de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, ao leiloeiro.

Não havendo licitantes que ofertem o lance à vista, será apreciado requerimento de parcelamento, caso haja, nos termos do art. 895 c/c o art. 891, parágrafo único, ambos do CPC, desde que obedecidos os seguintes parâmetros: entrada mínima de 30% (trinta por cento) do valor do lance, a ser paga à vista, e o restante em até 10 (dez) parcelas mensais para bens imóveis ou até 6 (seis) parcelas mensais para bens móveis, corrigidas pela taxa SELIC.

O leiloeiro prestará contas do leilão em até dois dias úteis subsequentes ao depósito do lance feito pelo arrematante, nos termos do art. 884, § V do CPC/2015.

Ficam cientes as partes de que, havendo acordo, pagamento ou adjudicação que cancele a realização do leilão já publicado, a comissão do leiloeiro ficará reduzida a 2,5% sobre o valor da avaliação do bem, ou, se esta for muito superior ao montante da dívida, sobre o valor desta última, com as despesas a cargo do executado, exceto no caso de adjudicação, hipótese em que o ônus será do exequente.

Quando se tratar de bens móveis, havendo necessidade e, após determinação do magistrado, poderá o leiloeiro efetuar a remoção dos mesmos, respondendo, a partir da respectiva remoção, pelo encargo de fiel depositário. (Art. 740, § 2º CPC/2015 e Art. 159 CPC/2015).

O pagamento dos valores devidos pelo armazenamento ficará a cargo do(a) Executado(a) (Art. 789-A, VIII, da CLT).

A executada não poderá impedir o leiloeiro e/ou seu representante legal de vistoriar e fotografar e, se entender necessário, remover os bens penhorados, ficando desde já, advertida de que a obstrução ou impedimento constitui crime, nos termos do artigo 330 do Código Penal.

O leiloeiro deverá informar imediatamente a este Juízo, por e-mail, eventual tentativa de obstrução do seu trabalho, a fim de que seja expedido, também de imediato, mandado judicial para que o Oficial de Justiça acompanhe o leiloeiro para dar cumprimento à remoção de bens, vistoria ou outra medida que seja necessária para viabilizar a hasta pública. No mandado constará a determinação para requisição de força policial, pelo Oficial de Justiça, caso entenda necessário.

O(s) bem(ns) será(ão) vendido(s) no estado de conservação em que se encontrar(em), não cabendo à Justiça e/ou ao Leiloeiro quaisquer responsabilidades quanto a consertos e reparos ou mesmo providências para o transporte daquele(s) arrematados.

Em caso de arrematação, assinado o auto pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irreatável. (Art. 903, CPC/2015)

O prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação começará a contar após a assinatura do Auto pelo Leiloeiro, pelo Arrematante e pelo Juiz, independentemente de intimação.

Atendendo ao princípio da ampla publicidade (Art. 887, § 2º do CPC/2015) este edital será publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho (DEJT), no sítio eletrônico do leiloeiro nomeado e também afixado na sede do juízo.

Caso algumas das partes se encontrem em local incerto e não sabido, ESTE EDITAL SERVIRÁ COMO INTIMAÇÃO (Art. 889, Parágrafo único, CPC/2015).

Ficam desde já intimados da realização do leilão.: reclamante: JOSE CLAUDIO SARMENTO - CPF: 017.215.377-83; advogados do reclamante: Jessica Alvarino Siqueira - OAB: ES32472, Ellen Karolini Avelar Pinheiro - OAB: ES32461, Yasmin da Silva Guasti - OAB: ES34607; reclamados: DLD COMERCIO VAREJISTA LTDA.. - CNPJ: 27.179.753/0001-62, DACASA FINANCEIRA S/A - SOCIEDADE DE CREDITO FINANCIAME - CNPJ: 27.406.222/0001-65, PROMOV SISTEMA DE VENDAS E SERVICOS LTDA- CNPJ: 02.854.445/0001-64, DADALTO ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES S/A - CNPJ: 27.334.937/0001-50, SIGA CONTACT CENTER TELEATENDIMENTO LTDA- CNPJ: 28.676.670/0001-41, O. D. ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES LTDA - CNPJ: 05.390.829 /0001-61; advogados dos reclamados: Lucas Paulo Souza Oliveira - OAB: SP337817, Caio Hipolito Pereira - OAB: SP172305, Gabriela Lima de Vargas - OAB: ES14078.

Dado e passado nesta cidade de VITORIA/ES.

Eu, Letícia Guzzo Cordeiro - técnica judiciária, digitei.

VITORIA/ES, 08 de julho de 2025.

LETICIA GUZZO CORDEIRO

Diretor de Secretaria